



TENTATIVA INICIAL DE APROXIMAÇÃO AO PROCESSO DE DISCUSSÃO SOBRE O PACTO SOCIAL

Vilma Lucia Fonseca Mendoza

Acadêmica Titular da APMED - Cadeira 40

Poucas vezes se classificou tanto pessoas, ideias e situações, muito menos por uma aproximação do que elas representam do que pela necessidade do “taxonomista” em fazer, descaradamente, valer seus próprios interesses.

Cada vez mais, termos como democracia, ética, humanismo, liberalismo, desenvolvimento e Pacto social se mostram escorregadios, insuficientes e carentes de redefinição. Outros termos simplesmente perderam seu sentido inicial e não se encontraram no emaranhado de ideias, ou no vazio delas, vagando no cais de um porto teórico abandonado. De vez em quando, algum desesperado tenta resgatá-los, sem se importar que estejam esgarçados, indigentes, incomplexos e sem qualquer serventia para conceituar e dar respaldo prático aos “cinquenta tons de cinza” existentes entre os extremismos políticos, religiosos, pseudocientíficos ou de qualquer outra natureza.

Esses resgates configuram um movimento de desconstrução, não para deixar emergir a complexidade da realidade e do ser humano, mas, exatamente ao contrário, trata-se de algo propositadamente desalinhado com o presente, falacioso e comprometido com a mentira ou, no mínimo, com a ignorância.

A utilização falaciosa de conceitos tem se tornado lugar comum principalmente no âmbito da política, onde termos como liberdade, tolerância, igualdade, democracia, progresso, desenvolvimento, têm sido usados de forma ambígua, para justificar comportamentos e ações contrárias a esses próprios conceitos.

Talvez um dos resultados mais nefastos da manipulação dos conceitos se dê precisamente sobre aqueles que suportam a noção de Pacto social – tolerância, liberdade, igualdade, bem comum - entendido como acordo entre pessoas que estabelecem normas e

valores que deverão orientar o comportamento humano e suas ações para, em última análise, viabilizar a vida societária.

As discussões sobre as **bases** dos Pacto social - contrato ou consciência- **sobre sua natureza** - acordo formal e explícito ou informal e implícito, bem como **sobre sua validade**, base das instituições sociais ou ficção construída para justificar o poder e a dominação em nome de um pretendido bem comum, podem colocar em dúvida a utilidade do próprio termo. Ainda assim, embora tendo a clareza da legitimidade desses questionamentos, acreditamos que ainda não temos outro termo que possa, com maior fortuna, auxiliar-nos nessa luta pela sobrevivência da espécie humana e a do próprio planeta em que vivemos.

Gostaria de tentar uma linha de reflexão sobre o que torna o Pacto social uma noção tão pouco útil no momento em que vivemos e cogitar um caminho para sua discussão. Em uma das minhas tantas incursões sobre os mais distintos temas, escritos com as mais diversas cores e em terrenos menos ou mais frequentados, encontrei uma homilia de 2017, do Papa Francisco. Ele chamava atenção para aqueles que transformam a doutrina em ideologia e “se dedicam a confundir a comunidade cristã com discursos que transtornam a alma”.

Em uma linha de raciocínio muito parecida, o escritor peruano e prêmio Nobel de literatura Mario Vargas Llosa, em seu livro “A chamada da tribo”, que representa sua biografia intelectual desde o marxismo na juventude até o liberalismo na atualidade, coloca em evidência o quanto as ideologias são prejudiciais pelo fato de reivindicarem para si uma verdade exclusiva.

Não é tarefa fácil distinguir uma doutrina de uma ideologia. Mesmo com os riscos da simplificação, assumimos que uma doutrina é um grupo articulado de princípios que configuram um corpo teórico acerca de uma determinada dimensão da realidade humana seja ela religiosa, política, social e, sobretudo, filosófica. Uma ideologia não se diferenciaria tanto de uma doutrina a não ser por sua função, ou seja, um conjunto de ideias e valores a serviço de uma determinada postura político-partidária que busca explicá-la e justificá-la. Nessa perspectiva, uma doutrina poderá se transformar em uma ideologia da mesma forma que uma ideologia poderá conter e gerar uma doutrina.

Quem sabe esse seria um ponto que poderia nos auxiliar no caminho para entender as dificuldades inerentes ao processo de discussão sobre um Pacto social para a promoção eficaz

e eficiente do bem comum, na medida em que ele está engessado em conteúdos ideológicos e desarraigado da dinâmica implícita a uma realidade complexa?

Que cosmovisão poderia, ainda que de forma provisória, ser a bússola para a construção dos fundamentos para os acordos de existência em sociedade? O que seria útil ter sempre presente, ao discutirmos sobre nossa sociedade?

Prestes a completar em junho 101 anos, o convidado de honra do salão do livro em Paris de 2023 é o filósofo francês Edgar Morin, que se prepara para lançar uma nova coletânea de ensaios “Encore um moment”, ainda sem título em português, me inspira. Aos 101 anos, o grande pensador parece pedir: ainda um momento, só um momento, espere um momento, como se ele necessitasse um pouco mais de tempo, para, quem sabe, dizer alguma coisa mais sobre sua magnífica Teoria da Complexidade.

A palavra complexidade deriva do termo latino *Complexus*, que significa “aquilo que é tecido junto”. Ou seja, os objetos do mundo, a realidade, seres humanos, são uma tessitura. Para compreendê-los, não podemos esgarçá-los, dividi-los, sob pena de que eles deixem de ser o que são e se destruam como objeto de análise.

A Teoria da complexidade de Morin visa compreender a complexidade dos sistemas e para isso se fundamenta em três princípios.

O **princípio dialógico** onde ordem e desordem, embora sejam contrapostos um ao outro, dialogam e colaboram entre si para alcançar a organização do sistema. Ou seja, antagonismo e complementariedade são fundamentais para a compreensão da complexidade.

O **princípio da recursão**, que induz a autoprodução, como uma espécie de ciclo, em que tudo que é produzido também produz. Afirmar o princípio recursivo é entender que na realidade existem processos nos quais efeitos podem ser causadores de suas causas.

O **princípio hologramático**, segundo o qual as partes constituem um todo, mas esse todo está, ao mesmo tempo está potencialmente, em cada uma das partes, além de poderem regenerar o todo.

Se partirmos da compreensão da existência dessas interações dinâmicas entre os elementos que compõem nossa sociedade e a importância dessas interações para a construção de um sistema social mais ou menos estável, veremos que qualquer tentativa de construção de

um Pacto social “conteudista”, baseado em um sistema fixo de regras, estará fadado ao fracasso. Nessa perspectiva e em primeiro lugar, teremos que pensar, para o mundo que se nos apresenta hoje, um Pacto social fundamentado em **princípios e conceitos flexíveis e adaptáveis** que nos permitam lidar com as mudanças e desafios enfrentados pela sociedade. Entendo que aqui estou incursionando por outro terreno difícil. O da flexibilidade dos princípios. Mas isso é tema para outras “brigas de foice”.

Assim, o êxito no processo de construção de um novo acordo social depende do reconhecimento **da diversidade e da mudança como fatores constitutivos da realidade** e que, longe de combatê-las, necessitamos valorizá-las. Para isso, é fundamental respeitar todas as diferenças e entender sua função estabilizadora e enriquecedora do tecido social. Os prováveis conflitos gerados pela diversidade não devem ser considerados obstáculos e sim oportunidades para o aprimoramento do sistema social e o fortalecimento das relações que lhe são inerentes. Isso supõe trabalhar com todas as diversidades, sejam elas culturais, étnicas, de gênero, de orientação sexual ou de capacidade intelectual, tendo sempre como norte a **diminuição das desigualdades enquanto ameaças para a condição de humanidade digna**. Entender, por exemplo, que o ciclo da miséria não se esgota na questão da renda, mas que se reproduz na miséria intelectual, espiritual, na penúria moral que, por sua vez, são causas de miséria material. Desigualdades que, nas palavras do prêmio Nobel de Economia de 1988, Amartya Sen, se expressam na injusta distribuição de liberdades substantivas e nos obstáculos ao desenvolvimento de capacidades.

A discussão sobre um novo Pacto social deverá considerar que ela não se sustentará pela inteligência luminar de uns poucos. Uma discussão útil só será possível com a **participação e colaboração das ideias de todas as pessoas e grupos** que devem ser reconhecidos e valorizados como sujeitos legítimos do Pacto. Isso supõe o estabelecimento de uma relação dialógica entre aqueles que discordam, buscando uma comunicação com sentido. Supõe a adoção de um pensamento hologramático no sentido da compreensão de que o todo contém as partes, mas que cada parte contém um todo. Ou seja, a discussão sobre um Pacto social deve incorporar a multiplicidade de perspectivas de análise, os distintos pontos de vista, os ciclos recursivos dos antagonismos e a inexistência de hierarquização entre o todo e as partes.

Se o corpo social como sistema complexo tem a capacidade de se auto-organizar, criando estruturas e padrões emergentes e como tal estão sofrendo mutações constantes, também o Pacto social deverá conter **mecanismos e instrumentos para sua avaliação, revisão e adaptação às novas condições que se apresentarem**, sejam elas de caráter social, econômico, científico ou tecnológico. As contradições e paradoxos surgidos nesse caminho precisam ser reconhecidos e integrados tanto à compreensão da realidade como à formulação constante do Pacto.

Aí se cria mais uma oportunidade, a emergência de uma nova forma de pensamento que valorize a criação de espaços de diálogo, o aprimoramento do processo de escuta e a valorização da incerteza. **Escutar e refletir sobre o que diz o outro será mais importante do que a preparação retórica para o contestar.**

Estamos situados e sitiados em uma sociedade (des)equilibrada em bases injustamente precárias e alimentadas por conceitos e ideologias que se esgueiram na contramão do humano. A esperança é que refletir, dialogar e valorizar a incerteza, longe de serem pré-condições para a construção de um Pacto, são sua própria substância.